



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Negra Infância, Velhas Correntes: racismo, capitalismo e o Serviço Social

Black Childhood, Old Chains: racism, capitalism and Social Work

Yuri Willon Candido¹

Mônica Santos Barison²

Pedro Silva de Oliveira³

Cyntia Gomes Damasceno Basílio⁴

Eixo Temático: 1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

Introdução

Este resumo expandido objetiva explicitar ensaio de análises que, à luz de produções que assumem a teoria social crítica como referência, estabelece relações entre racismo estrutural, questão social e infância negra bem como reflete sobre o papel do Serviço Social na construção de práticas antirracistas no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente -SGDCA. Assumimos o pressuposto que as expressões da questão social vivenciadas por crianças e adolescentes na contemporaneidade se revelam como transmutações das nefastas e aviltantes condições de vida, dos silenciamentos culturais, dos aprisionamentos, das torturas e mortes, ou seja, das violências de toda ordem a que foram subjugados os povos negros escravizados durante três séculos na história do país. Desvendar as conexões entre passado e presente na realidade de crianças e adolescentes negros é essencial para orientar intervenções profissionais, sobretudo do/a assistente social, em defesa dos direitos humanos e das práticas antirracistas. Esse trabalho busca contribuir tanto para a formação quanto para o exercício profissional comprometido com projetos emancipatórios. Para isso, realizamos análise documental, identificando autores e autoras que abordam as temáticas tratadas neste ensaio reflexivo e auxiliam a estabelecer as conexões pretendidas.

¹ Mestrando em Serviço Social - UERJ. Email: yuriwillon@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social e professora do Departamento de Serviço Social PUC-Rio.
Email: monicasantosbarison@gmail.com.

³ Mestrando em Serviço Social - UERJ. Email: oliveira.socialrj@gmail.com.

⁴ Mestranda em Serviço Social - UERJ. Email: cyntia.damasceno19@gmail.com.



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Desenvolvimento

Compartilhamos a visão de que a história brasileira foi moldada pela escravização de povos africanos, consolidando estruturas sociais e culturais de exploração da população negra. A escravidão sustentou a economia agroexportadora colonial e imperial, enriquecendo a elite branca. Seus efeitos persistem hoje nas desigualdades que afetam especialmente crianças e adolescentes negros. A acumulação primitiva, conforme Marx (2023), evidencia como o capital, em sua gênese, recorreu à expropriação violenta da força de trabalho para garantir sua expansão. No Brasil, esse processo teve como sustentáculo a escravização, cujas consequências permanecem, impactando de forma desigual as condições de vida da população negra, incluindo crianças e adolescentes que seguem privados da infância, submetidos ao trabalho precoce e a diversas violências. Considerando que após a abolição, os ex-escravos não tinham igualdade na concorrência para o trabalho livre, tendo em vista que ele era a mercadoria (CLOVIS, 2021).

A questão social, conforme nos ensina Yamamoto (2001), expressa a tensão entre as múltiplas formas das desigualdades produzidas pelas relações capitalistas, revelando a contradição entre a produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada, e as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. No Brasil, essa questão se apresenta profundamente racializada, fruto de uma formação histórica marcada pela escravidão, que consolidou estruturas econômicas, sociais e culturais baseadas na exploração e na marginalização da população negra.

Políticas sociais historicamente contiveram a questão social sem enfrentar sua gênese, tratando crianças pobres como objetos institucionalizados. Essa lógica racista persiste no SGDCA, afastando a proteção integral do ECA (1990) das vivências de crianças e adolescentes negros. Apesar da previsão de igualdade, sua aplicação reforça estereótipos e a marginalização da infância negra. Diante disso, o enfrentamento do racismo no SGDCA é urgente, sobretudo para intervenção do Serviço Social, profissão comprometida com um projeto emancipatório e a crítica radical à sociedade capitalista. Contudo, essa crítica somente alcança a raiz das desigualdades se estiver comprometida com a luta antirracista, considerando que, na particularidade brasileira, as desigualdades de classe são indissociáveis das desigualdades raciais e de gênero.

O Serviço Social é convocado a intervir na defesa de direitos, exigindo uma análise crítica do



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

capitalismo e o reconhecimento do racismo como fenômeno estruturante da sociedade brasileira. Esse compromisso, advindo do contemporâneo projeto ético-político da profissão, sinaliza a importância de construir práticas antirracistas no interior do SGDCA, assegurando que crianças e adolescentes negros possam usufruir plenamente de seus direitos e da infância. Elpídeo e Valdo (2022) destacam que a ampliação do debate racial no Serviço Social é um caminho irreversível, sustentado tanto pelo crescimento da população negra na profissão quanto pelas lutas dos movimentos negros, reafirmando a importância de compreender o racismo como elemento estruturante das violações sistemáticas de direitos no país.

Considerações Finais

A análise crítica revela que as violações de direitos contra crianças e adolescentes negros no Brasil decorrem de uma questão social racializada, resultado do processo histórico de acumulação primitiva que alicerçou o capitalismo sobre a exploração racial. O racismo, longe de ser apenas questão moral, é um pilar estrutural da reprodução do capital. Nesse contexto, o Serviço Social tem papel essencial no enfrentamento ao racismo estrutural, especialmente no SGDCA, atuando como força que tenciona instituições que perpetuam desigualdades. A luta antirracista, articulada à crítica marxista, é fundamental para assegurar uma infância digna e livre de estigmas para crianças e adolescentes negros. O compromisso ético-político da profissão exige romper trajetórias de exclusão impostas às infâncias negras, reconhecendo que construir práticas antirracistas é tarefa urgente e transformadora.

Referências Bibliográficas

ELPÍDEO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 316-333, jun-dez. 2022.

IAMAOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. n. 3. Brasília: ABEPSS/Graflina, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: LTC, 2023.

MOURA, Clovis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** / 2ed. - São Paulo: Editora Dandara, 2021.